

## NOMEAR O INOMINÁVEL: A LITERATURA EM TEMPOS DE CÓLERA

Resenha de: Luiz Costa Lima. **O Redemunho do Horror. As margens do Ocidente**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

*Marília Librandi Rocha*<sup>1</sup>

É notável o livro de Luiz Costa Lima e terrível e dramática a sua atualidade manifesta desde o título: **O Redemunho do Horror. As margens do Ocidente**, seja pelo conteúdo que abarca nas suas três extensas e intensivas seções, que juntas constituem as 456 páginas do livro, seja por mostrar que a literatura “não é apenas uma questão literária” (p. 377), e que, portanto, a reflexão a seu respeito implica toda uma situação existencial, política e social que o ficcional concentra e condensa, configurando o imaginário histórico de nossa experiência, de um modo que o discurso da história não pode realizar, e que nos envolve, hoje especialmente, com a marca daquilo que não sabemos ou não podemos nomear: o horror moderno.

Terrível e dramática a sua atualidade porque, antes mesmo de sabermos do que trata, já sabemos do que fala. O horror tornou-se nosso (des)afeto cotidiano, vindo de todos os lados, difuso e persistente, no Ocidente e em suas margens. Sua incidência, delinea Costa Lima, é dupla, com o predomínio do horror marcado pela violência física nos países periféricos da Ásia, África e Ibero América, agravado pela miséria, corrupção e instabilidade política, e o horror psíquico em que o tédio, a angústia e o desespero predominam nos países da Europa Central e Estados Unidos, apesar da estabilidade relativa de suas instituições, com o que se instituem, sem cair em distinção estanque ou determinista, já que ambos hoje se confundem, dois mundos, dois horrores e nenhuma saída.

À medida que o estudo avança, compreendemos que essa distinção é operacional também para se pensar duas vertentes dominantes no inconsciente textual da literatura moderna: a central que caminhará, entre outros, com Flaubert, Kafka, Musil, Beckett e com o exemplo máximo de Paul Celan (p. 418); e a da margem, foco desse livro, que trata do “horror conhecido nos continentes

<sup>1</sup> Professora de Teoria da Literatura na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada (USP).

marginalizados” (p. 18), e que Costa Lima vê anunciada em Fernão Mendes Pinto e sucessivamente cumprida pelo descumprimento em Joseph Conrad e nos escritores hispano-americanos aqui abordados. A literatura brasileira, salvo algumas exceções, vai curiosamente aparecer no estudo como situando-se à margem da margem, com um peculiar alheamento ou insulamento, pois que o horror nela aparece como auto-engendrado, como se o confronto fosse interno sem uma dimensão exterior, numa questão que fica em aberto para ser pensada.

Que poderá significar esse auto-engendramento do horror? Por acaso que o imaginário brasileiro se concebe a si mesmo alheio ao mundo externo ou que, para exprimir os efeitos da violência, basta-lhe considerar as razões internas de nossa tremenda desigualdade social?” (p. 349).

A extensão do livro, a quantidade e a qualidade das obras analisadas, a complexidade das questões teóricas envolvidas levam-nos a abordar alguns de seus aspectos, destacando: a) a argúcia construtiva do livro, manifesta no encadeamento nada óbvio de suas três seções; b) o horror como tema que se dá a ver na configuração da ficção, que internaliza o real para dizer o inominável, com o que se fecha ou se abre o elogio do ficcional que a obra de Luiz Costa Lima produz continuamente de modo crítico; c) a enunciação do texto cuja clareza é tanto mais aparente quanto mais vela a sinuosidade do caminho labiríntico ou *oblíquo*.

## O ENCADEAMENTO DAS TRÊS SEÇÕES

Se não sabemos onde termina o horror atual, o livro de Costa Lima indica onde começaria: na expansão do domínio europeu a partir da descoberta do caminho para as Índias pelos portugueses nos séculos XV e XVI. Aí estaria a sua gênese, que surge do contato do homem branco com o “mundo desconhecido”, *terra ignota*, e o modo como esse contato transtornará o etos branco e seus discursos.

Primeiro, o cristianismo será minado por dentro diante da impossibilidade de manter-se o que Costa Lima chama de a “dupla verdade”, que sustentava lado a lado duas justificativas contraditórias para o avanço da colonização europeia: a propagação da fé e o interesse comercial que, por sua vez, dá ensejo aos saques, espoliações, massacres, fazendo com que mais tarde outras justificativas, que não a cristã, precisem ser encontradas, ou na biologia, com a noção de “raça inferior”, ou na necessidade do avanço da civilização.

A primeira seção, “Os transtornos do discurso”, acompanha a expansão portuguesa para o Oriente no século XVI, com a análise das obras **Ásia**, de João de Barros (1496-1570), **Década IV**, de Diogo do Couto (1542-1616), e **Peregrinação**, de Fernão Mendes Pinto (1510-1583). Esses textos, segundo Costa Lima, situam-se em um horizonte “em processo de mudança”, podendo ainda ser lidos segundo os critérios vigentes da época, seja como crônica medieval, no caso dos dois primeiros, seja como texto alegórico de peregrinação mística, no caso do terceiro. Como obras “na metade do caminho”, elas, porém, já apontam, sem a sua plena realização, para um horizonte de expectativa futuro: ou para a escrita nascente da história, no caso das obras de Barros e Couto, ou para as “imediações da literatura”, com a escrita ficcional do futuro gênero romance, no caso da obra de Fernão Mendes, que inaugura o que Costa Lima vai definir como “um inominável discursivo”: “Livro híbrido, ele nos ensina que as formas discursivas conhecem momentos de indecisão, nos quais se pressente o que depois estará ordenado” (p. 95).

A obra de Fernão Mendes Pinto, foco principal dessa primeira seção, traz em germe o futuro e crescente *desencantamento* do mundo, sobretudo nas atitudes do pirata Antonio de Faria, personagem que já assinala o ceticismo, indício da cosmovisão moderna, em um mundo onde virá a ser dominante o racionalismo econômico.

Por isso, diz Costa Lima, (2003, p. 101-102) “de uma perspectiva atual, Fernão Mendes Pinto prenuncia o romance da colonização e seu maior representante: Joseph Conrad”, explicitando assim a relação dessa primeira parte com a Seção II, “A consolidação do Redemunho”, toda dedicada à análise detida da obra de Joseph Conrad (1857-1924), em quatro capítulos e 189 páginas, que formam quase um livro autônomo dentro do livro maior.

Se “o pária” Mendes Pinto não é apenas testemunha ocular do que ocorre na Ásia, mas “alguém que sofre uma transformação interna” (p. 102), pois “o Oriente provoca-lhe o desmantelo” (cf. p. 106), Joseph Conrad, polonês naturalizado britânico, que vive a “situação de um exilado nunca à vontade na sociedade de adoção” (p. 230), é o escritor-marinheiro que também sofre o desmantelo com a experiência direta da expansão imperial britânica na África, a qual, no século XIX, conduz ao auge a expansão do Ocidente iniciada pelos portugueses no século XVI.

As personagens de Conrad, longe da metrópole, condensam o etos e o comportamento do homem branco em situação de confronto com outros povos, de modo que a atitude que inicialmente pareceria desvio em relação à norma acaba por mostrar que a própria norma já era desviante e perversa. Essa questão é o núcleo da abordagem da obra de Conrad, como a síntese máxima do enfrentamento entre colonizadores e colonizados, configurando “o inconsciente textual que germina em nossos dias” (p. 325).

A Seção III, “A expansão do redemunho”, tem como espaço a Ibero-América pós-colonial. Começa com a análise do livro do pouco conhecido William Henry Hudson (1841-1922), filho de pais ingleses, nascido na Argentina, que em 1885 publica, em Londres, **The Purple Land that England Lost**, texto que tem por base suas viagens ao Uruguai, e que se situa entre o relato etnográfico e o ficcional. Em seguida, analisa o romance de Alejo Carpentier, **Los Pasos Perdidos**, que aponta para um mundo agora cada vez mais inóspito, sem lugar possível, assinalando “uma nova ficção latino-americana [que] ressalta a simultaneidade contemporânea das formas do horror” (p. 364). Por fim, analisa a obra de Gabriel Garcia Márquez, importando-lhe compreender como em seus textos consegue unir a dimensão do fantástico fabular com o plano histórico.

É então que a máquina de construção do texto se abre, com a *figura* teorizada por Auerbach em ensaio de 1938. Compreendemos então que o **Peregrinação** de Mendes Pinto, analisado na primeira seção, ocupa, na leitura proposta por Costa Lima, o lugar da figura que anuncia o *desencanto* que será cumprido nos romances da colonização de Conrad, analisados na segunda seção, até chegar a esse terceiro momento, no qual o livro de Garcia Márquez, **O General em seu Labirinto** (1989), completa o cumprimento da figura pela sua *desfiguração*, ou seja, por um “cumprimento descumpridor” (p. 418), pois o *desencanto*, antes apenas anunciado em esboço, agora se cumpre no “fracasso do ideal de unificação sonhado por Bolívar” (p. 414).

Se, na concepção da patrística medieval, o cumprimento da figura garantia a estabilidade e o sucesso da interpretação e do sentido, na literatura moderna a *desfiguração* antes aponta a instabilidade, o fracasso e o arbitrário nas relações entre signos e entre povos.

## O MAPEAMENTO

As três seções do livro mapeiam assim as conseqüências sócio-históricas e discursivas do avanço da colonização europeia nos três continentes: Ásia, África e (Ibero) América, que constituem o amplo espaço da margem, parte do mundo desconhecido, que a Europa irá colonizar enquanto se expande. O estudo de Costa Lima atravessa esses espaços, no espaço de tempo que começa pelo *transtorno*, nos séculos XV e XVI, se *consolida* no século XIX e se *expande* no século XX, num *redemunho* crescente.

Ao novo mapeamento mundial, corresponde um novo mapeamento discursivo. Digamos que a nova territorialidade vai gerar desterritorializações discursivas, que ainda não têm nome no século XVI, por isso ele os chama de textos “fantasmiais”, até o surgimento do discurso da historiografia moderna e do ficcional a nomear o inominável.

Percebemos então no livro um elo muito intenso que vai se estabelecendo entre a exploração de um mundo até então ignorado – Ásia, África e América – com a exploração de novos campos discursivos – o ficcional e a historiografia modernos, que, por sua vez, são definidos e diferenciados a partir da questão da *mimesis*, que o próprio Costa Lima, em livro anterior, já definiu como sendo “a exploração do ignorado”,<sup>2</sup> pois que nasce do “fascínio pela alteridade desconhecida”. A articulação dessas três dimensões fundamenta o livro. Podemos, por isso, compreender melhor porque “é o contato com o ‘mundo desconhecido’ [...] que está na base de todo este livro” (p. 101) .

Assim, é no encaixe simultâneo dessas três dimensões que ocorre a relação umbilical entre *forma e visão de mundo*, entre experiência histórica e teoria do ficcional – o contato com o outro, a disseminação de uma idéia universal a sustentar o domínio colonial, a instauração e expansão do horror daí decorrente encontram na *mimesis* ativa, que explora a alteridade, sua expressão e tradução como o horror ou o inominável que Costa Lima vai detectando nas análises de personagens cujo comportamento denuncia a falência dos valores do etos branco, como nas palavras do personagem Kurtz, do romance **O Coração das Trevas**, de Conrad. “Nesse sentido, suas palavras finais, ‘The horror, the horror’, são a formulação mesma do que não mais cabe em palavras – o irrepresentável é o inominável” (p. 227).

O que nos permite indagar: se Costa Lima aproxima-se do nominalismo, que afirma que nunca há correspondência ou total coincidência entre o projeto intencional do autor e o que efetivamente se nomeia pelo texto, que, sendo literário, opera com vazios, podemos então compreender que o “inominável” seria uma realização extrema ou paradoxal do nominalismo? Se o nominalismo tem por base a noção de que não há plena adequação entre o que se pretende dizer, o que é efetivamente dito, e o objeto que se quer dizer, podendo haver fricção entre o dizer e o dito, mas não junção ou comunhão, o inominável, aqui usado como o não-nome do horror moderno, seria o que aumenta o hiato entre o que se quer dizer, o que efetivamente se diz, e o objeto visado no dizer, que assim mais escapa do que se apresenta? Parece que seu texto permite-nos essa reflexão, o que faz com que a representação se auto-problematize aumentando a carga de vazios que o texto produz, e aumentando também a necessidade de o leitor se imiscuir no que lê, completando o efeito vazio do inominável como aquilo que não se pode ou não se quer nomear, e que está na base da forma discursiva da literatura moderna, unindo-se assim à *desfiguração* da figuração, à representação sem realidade, ao descumprimento do cumprimento.

<sup>2</sup>LIMA, L. C. **Vida e Mimesis**. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 256.

## LITERATURA E HISTÓRIA

Um dos pontos que ainda podemos destacar no encadeamento das três seções é que em todas parte-se da experiência de viagem ao(s) Novo(s) Mundo(s) e dos relatos decorrentes, mais tarde relatos de viagem científica ou etnográfica, a partir dos quais se narra o contato entre colonizadores e colonizados, e que estão na base do prestígio da futura historiografia, a qual, por sua vez, passa a predominar sobre o ficcional, sobretudo no caso da ficção latino-americana e do pensamento a seu respeito, que a subordina como documento, impondo-lhe a tarefa subsidiária na construção e formação da identidade nacional, até o transtorno dessa posição a partir dos anos de 1950 por autores como Alejo Carpentier, Juan Rulfo e J. G. Rosa, que vão afirmar em suas obras a autonomia do literário.

Essa questão nos conduz aos pressupostos teóricos que direcionam o pensamento de Luiz Costa Lima. No caso deste estudo, importa-lhe refletir sobre as relações entre literatura e história para a melhor definição e diferenciação de ambas. Questão essa atravessada por sua visada crítica que assinala: a literatura não é documento que reflete a história e também não se reduz a ser “mentira ornada”, e a história, que não pode prescindir da configuração narrativa, não é literatura, mesmo quando bem elaborada formal e estilisticamente. É primário, diz ele, afirmar que o cuidado com a linguagem distingue a literatura ou é sua exclusividade. Não é o uso de tropos que estabelece a distinção entre estes dois campos discursivos: “o que diferencia os discursos da história e da literatura: são suas metas” (p. 80). A literatura tem como meta o ficcional, enquanto a história dele se isenta, mas sem se desligar da narrativa nem do “trabalho configurador da linguagem” (p. 80).

No caso do discurso da história, nascente no século XVI, surge para Costa Lima uma “oportunidade excepcional” quando analisa o **Ásia** (1552, 1553, 1563, 1615), de João de Barros, e o confronto com o **Década IV** (1602), de Diogo do Couto, pois encontra em ambos a narração de um mesmo episódio: a disputa entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio pelo governo da Índia, o que lhe permite verificar “*por dentro* a própria constituição da escrita da história” (p. 68). Comprova então que “não é o registro dos fatos que os diferencia” (p. 70), mas sua configuração. Se em Barros tem-se um “ordenamento estritamente aristocrático” (p. 78), em Diogo do Couto, que critica discretamente o processo de expansão portuguesa na Ásia, a configuração é dramática. Assim, “com base na mesma factualidade, cada um constrói sua escrita da história de um modo específico” (p. 79). Os fatos são os mesmos, mas o modo de narrá-los difere de acordo com a “tomada de posição quanto à ordem social” (p. 80). E ainda: “O lugar, portanto, a partir de que escreve não o leva a falsear o que houve, apenas seleciona sua matéria de maneira adequada àquele” (p. 79).

Já a configuração do acontecimento na narrativa ficcional *transtorna o real*, ao incorporá-lo, irrealizando-o, o que permite perspectivizá-lo e assim melhor criticá-lo.

O texto ficcional, em vez de dar as costas à realidade, a *dramatiza e metamorfoseia*; a ficção converte em volume e descontinuidade o linear com que, na vida cotidiana, dispomos o mundo; o mundo, isso que está aí; a ficção transtorna as dimensões do mundo, em vez de pôr o mundo entre parênteses (p. 17).

Captando o imaginário e a fantasia do período, a ficção inclui no discurso o tempo que a história não abarca, *o tempo que corre*, pois Costa Lima lembra e destaca a distinção heiddegeriana entre o *historisch*, “i.e., a história dos historiadores”, e a *Geschichtlich*, “o tempo que corre e não cabe em

documentos” (p. 394). Ressalta então que o histórico não está apenas nos acontecimentos que a narrativa histórica nos relata, mas que a imaginação também é histórica e o seu espaço discursivo é o ficcional, lembrando:

[...] que os tratados históricos não esgotam o que se inscreve no tempo; que o tempo não se esgota no registro e na análise do que houve; que a própria fantasia, anônima ou autoral, é também histórica, ainda que não ‘caiba’ nas estantes dos arquivos (p. 378).

## O TEXTUALISMO E O SOCIOLOGISMO

Essa discussão das relações entre literatura e história atravessa todo o estudo, acompanhada de outra que cinde a teoria da literatura. No livro, as análises encaminham a possibilidade de uma terceira via nos estudos literários: via que não é nem a da visão desconstrucionista, imanentista ou textualista, que tende a abolir a referência sócio-histórica, pois pensa a ficção como auto-referente, nem a da leitura sociológica, que pensa, de um lado, o real estabelecido e um sujeito solar cuja intencionalidade não se discute e, de outro, a literatura que viria, após o fato consumado, propor sua narrativa para documentá-lo ou embelezá-lo.

Essa questão entre sociologismo e textualismo é dramatizada na seção final do livro quando contrapõe análises dos dois tipos a respeito de **Cem Anos de Solidão**, desmontando-as ambas: “É pois contra o sociologismo e o textualismo que temos trabalhado” (p. 342).

A fímbria de leitura crítica aberta por Costa Lima propõe que a literatura produz um transtorno do real, pois não pensa o contexto como o que *circunda o texto*, mas como a referência que, de fora, é trazida para dentro do discurso, e nessa incorporação ele se altera, *metamorfoseia-se*, permitindo que a partir da semelhança e da identificação se possa gerar a diferença. Como a história, a literatura é verdade, que ela no entanto vela para melhor descobri-la ou, nas palavras do autor, o real é o sêmen que a literatura incorpora para gerar o corpo: “o texto ficcional, não sendo guiado pela fidelidade ao contexto que tem por referência, no entanto o dramatiza, i.e., o tem como sêmen do qual se desenvolverá seu corpo” (p. 352).

Essa noção é reiterada diversas vezes, inclusive porque sua questão é sinuosa, não evidente, e precisa ser sempre rearticulada para romper com as concepções arraigadas de leitura do literário que, muitas vezes, quando pensa defendê-lo, mais o controla ou naturaliza. Essa postura de Costa Lima é uma das marcas de sua “ilegibilidade” apontada com rara perspicácia por Wlad Godzich.<sup>3</sup>

## O “TRAJETO DESCONTÍNUO”

Uma das pistas para compreendermos melhor a questão da “ilegibilidade” levantada por W. Godzich pode ser apreendida na enunciação, ou seja, no modo como soa a voz no seu texto, que chamaria talvez enviesada, ou melhor dizendo, *obliqua*, produtora de desvio ao mesmo tempo que labiríntica, como se houvesse um “engano” na clareza de sua enunciação. A ilegibilidade que se produz à revelia do autor, mas que o *seu texto já sabe*, se evidencia, a nosso ver, no que anotamos como sendo a sua “gentileza enunciativa”.

<sup>3</sup> GODZICH, W. A ilegibilidade de Luiz Costa Lima. In: ROCHA, J. C. de C.; GUMBRECHT, H. U. (Org). **Máscaras da Mimesis**: a obra de Luiz Costa Lima. São Paulo: Record, 1999. p. 343-352.

Trata-se de um texto muito gentil com o leitor, a todo momento o seu narrador vai dando indicações do percurso que vai desenvolver, pára o desenvolvimento para explicar uma questão, reposiciona-se caso tenha dado uma impressão que não corresponde à intenção visada, retoma colocações, como se levasse o leitor pela mão nesse caminho labiríntico. Sua enunciação atuaria assim como o anfitrião que recebe muito bem seus hóspedes, pronto a mostrar-lhes a casa de três andares, tendo como meta chegar ao último deles (aproveitando metáfora anotada por Luciana Gama: “Para quem se compraz com o prazer de conhecer, Costa Lima é anfitrião essencial do lugar nenhum da crítica literária, lugar incerto de lugares”<sup>4</sup>).

Começando no primeiro andar do texto, esse anfitrião é muito cuidadoso ao observar detalhes não notados e, quando parece que chegou o momento de subir ao segundo andar, ele se desculpa de antemão dizendo que se deu essa impressão, a intenção na verdade era outra, informando que antes é preciso fazer um desvio, descendo ao porão, pois lá há objetos que precisam ser nomeados ou definidos antes que possamos compreender o que vem a seguir. E o leitor apressado de hoje pode se inquietar pelo tamanho do percurso que parece não ter fim, como de fato não tem, assim como um livro seu logo engendra um outro, pois as aberturas não se fecham antes ampliam a dimensão e extensão da casa, até porque o desvio ou atalho acaba levando a outros desvios. É preciso assim passar por essa prova de perseverança e calma medida se se aceitar o jogo enunciativo que seu texto propõe.

Um exemplo dessa enunciação *obliqua* encontra-se em uma passagem da Seção I, de **O Redemunho**. Para testar a hipótese de que os textos ali analisados não se enquadram em um discurso legitimado à sua época, ele precisa primeiro especular sobre a definição de discurso, para isso tendo antes de lembrar a distinção saussuriana entre *langue* e *parole*, a partir da qual distinguirá o discurso como sendo a grade historicamente configurada de acordo com a finalidade – se pragmática, especulativa ou operacional. Passa então a explicar o que consiste cada um destes fins. Antes ainda de retomar as obras que são tema dessa primeira parte do livro, precisa acrescentar dois pontos, sendo o primeiro uma negativa ou um alerta quanto a ter dado ao leitor uma falsa pista, que ele então precisa retificar, esclarecendo que sua intenção não é aquela que porventura o leitor esteja pensando, mas outra que explicita. Quanto ao segundo, passa então a definir o que é o discurso ficcional, para isso lembrando a concepção anterior aos *primeiros românticos*, e fazendo uma análise muito fina de passagens de Petrarca (sob o véu do fingimento encontra-se a verdade) e também de Bocaccio, para então, a partir disso, provar que uma leitura alegórica do **Peregrinação**, pertinente em sua época, não daria conta de sua singularidade, no que aproveita também para responder a objeções de João Adolfo Hansen. Após esses desvios não só retoma as obras que estavam sendo analisadas como introduz o tema central do estudo, a questão do “inominável discursivo”. E assim, como que sem querer, quanto mais seu texto parecia afastar-se ou desviar-se do núcleo, sem que o percebêssemos, nos introduz no tema central do livro.

Desse modo, ao contrário da *casa tomada*, como aquela do conto homônimo de Júlio Cortazar, na qual os cômodos se fecham e os habitantes são expulsos, essa casa discursiva, à medida que vai sendo mostrada, mais se abre para outros corredores, cada porta leva a uma outra e não há cômodo final ou último – no que se constitui efetivamente como um discurso anti-comodista, que ele mesmo define como “trajeto descontínuo”.

<sup>4</sup> GAMA, L. Crítica e poesia em Intervenções de Luiz Costa Lima. *Revista da USP*, São Paulo, n. 56, p. 209, 2003.

Assim, mais do que um texto de fronteiras, configura-se antes como um texto de passagens, menos as do *flâneur*, e mais as do arqueólogo que escava subterrâneos e vai encontrando antigos vestígios de outros tempos e textos, trazendo-os à tona de seu tempo para melhor entendê-lo e mais desestabilizá-lo.

Nossa hipótese é a de que parte de sua “ilegibilidade” deve vir desse híbrido entre a gentileza com que convida o leitor, guiando-o pelo trajeto, e a sinuosidade do caminho que vai ficando mais oblíquo e instável à medida em que é percorrido. Daí porque, consciente ou não, seu texto precise ser tanto mais gentil, pois sabe ou desconfia que o leitor pode desistir ou abandonar o percurso. Mas não só, o seu texto é tanto mais cuidadoso quanto mais sabe que conduzirá o leitor não para um porto-seguro do saber, mas para, com muita gentileza, ir desestabilizando o seu arquivo de pré-noções que vão sendo, pouco a pouco, desmontadas.

## A INSTABILIDADE

A voz nos seus textos vem assim como que de um lugar não apenas à margem ou ao lado, mas no meio do caminho, no qual, sabemos, há um objeto pedregoso, inarredável, espinhoso às vezes, um princípio corrosivo certamente. Esse núcleo é o que Wlad Godzich tão bem explicitou em seu texto como sendo a ilegibilidade de base nos textos de Costa Lima. Nós, seus leitores, que os citamos e falamos deles, não somos capazes de lê-los. Como assim? Há um apelo constante que não somos capazes de ouvir plenamente, e esse apelo diz respeito à sua teoria do literário como a habitação do humano. É a radicalidade desse apelo, segundo Godzich, que não somos capazes de ouvir, constituindo a sua ilegibilidade.

Acatando essa perspectiva, esclarecemos que nossa leitura se funda na consciência dessa ilegibilidade que, ao mesmo tempo que tentamos compreender, reafirmamos porque também nos parece que ela é condição da permanência das questões propostas por Costa Lima e de seu não apaziguamento ou neutralização. Se não é proposital, pois o que o autor busca é antes a circulação social de seus textos, e a gentileza enunciativa prova isso, ela é determinada pela constante instabilidade semântica que os conceitos apresentados na sua obra não deixam estabilizar pois, parece-nos, não se trata para ele de criar um discurso de saber a respeito das obras que analisa, mas de trazer à tona o não saber a partir do qual a *mimesis* atua.

Desse modo, a instabilidade semântica que a literatura produz leva, no seu caso, a produzir um pensamento crítico e teórico a seu respeito que, lúcido, antes ressalta a instabilidade, recusando fixá-la ou estabilizá-la, modo mais do que coerente de evitar o controle do imaginário que ele tanto denuncia. Mesmo porque o objeto do desejo visado, a literatura, apresenta-se como um objeto perdido, pois que falha e falta, já que atua produzindo vazios que podem ser preenchidos nas leituras críticas, mas nunca completados, sendo encontrado apenas na oscilação entre o som e o sentido e não na parada que fixa e congela. E como em geral espera-se da crítica literária que estabilize o transtorno que o ficcional provoca, fornecendo aos leitores “pistas” de leitura e interpretações da reta razão, a “ilegibilidade” de um texto sem ser desconstrucionista e que recusa a veia barthesiana da crítica como gênero literário aumenta, pois faz com que o leitor nele não encontre nem a via apaziguadora da crítica interpretativa explicativa normatizadora, nem o prazeroso do texto crítico transgressor de seus limites. O deleite no texto de L. C. Lima está na travessia do próprio percurso que, quanto mais descontínuo, mais insiste nos volteios, contornos e retornos.

Além disso, sua reflexão busca passagens entre aporias, entre posições extremas, nem de um lado nem de outro, mas entre. Assim, por exemplo, denunciando o veto ao ficcional também não propugna a idéia de uma arte livre ou liberta de qualquer regra, pois que arte implica jogo entre identificação e estranhamento, semelhança e diferença, regra e ruptura, e é nesse meio fio que é preciso livrar a literatura de seus vetos e viver com os limites instáveis de sua moldura sócio-historicamente mutável. Assim também busca a passagem entre os pólos da leitura desconstrucionista ou sociológica ou, ainda, a situação delicada do seu pensamento quando procura reencaminhar a *mimesis* sem o pensamento substancialista que a sustenta, sendo que a crítica a esse mesmo pensamento substancialista abole a *mimesis*.

A ilegitimidade nos seus textos, está certo, pode ser sua tristeza, mas também o modo oblíquo de escapar do controle e do veto: seu núcleo duro é o que impede que seja diluído, sua divergência sempre reafirmada não permite o sepultamento das questões que propõe. Por isso, suas respostas abrem para novas indagações, pois ou mantém o dilema aceso ou a questão em constante desafio, e sua concórdia só se apazigua na afirmação da divergência, pois há também um caráter bélico nesses textos, textos em luta, pois têm uma causa.

## A MARGEM

No caso do **Redemunho**, a sua perspectiva é a de quem escreve à margem do Ocidente, no que se pode identificar a política de sua análise crítica. Do mesmo modo que a “dupla verdade” por ele analisada na primeira seção vai ser fraudada no **Peregrinação** “por dois indivíduos fora do aparato imperial: um errante, o narrador, e seu capitão, um pirata” (p. 111), o escrever à margem do Ocidente, onde se situa a enunciação de Costa Lima, é similar à margem onde se situam estes dois personagens: “fora do aparato imperial”.

Na construção do livro, as margens também ganham importância nas notas de rodapé, como as que trazem o diálogo que o autor estabeleceu com João Adolfo Hansen, seu interlocutor durante a elaboração do trabalho ou nas que precisam melhor os argumentos, inclusive a “tese central” do estudo (como a nota 4, na página 154). A edição do livro traz, porém, um problema: o “Índice temático e onomástico” não coincide, na paginação indicada, com o texto a que deveria remeter. Ou seja, a margem do Índice não coincide em nada com o centro do livro, pois o leitor não encontra cá o que buscou lá. Seria esta uma alegoria involuntária?

Avançando um pouco mais, podemos dizer que o embate margem-centro ou centro-margem encontra sua outra via no embate do ficcional, associado às margens da “mentira”, com o discurso da história associado ao centro da verdade, em que o estudo de Luiz Costa Lima incide mais uma vez para realçar o seu ponto de vista crítico, analítico e teórico: é da margem que fala a voz de seu texto e é, portanto, a literatura, ou melhor dizendo, o ficcional, que ganha realce.

Não sei de maior elogio a um livro que pensa a literatura do que dizer que, como teórico, Luiz Costa Lima é um de seus mais intensos defensores. Esse amor nos tempos de cólera atuais não altera o horror que vivemos, mas nos mostra onde podemos ler o inominável e onde se encontra a sua escrita possível. Em tempos em que a literatura, os estudos literários, a reflexão crítica e filosófica parecem banidos de circulação, um livro como este é mais do que auspicioso. Na sua rua de mão dupla, as saídas apontam sempre outras vias possíveis e, nelas, os seus leitores possíveis se cruzam.

**O Redemunho**, por fim, é um livro notável porque confirma um pensamento que desafia os centros estabelecidos do pensar acomodado, indicando assim que ainda há lugares habitáveis e possíveis, em tempos impossíveis, mesmo que seja à margem da margem das vitórias da conquista.